



## A história do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades no bojo da expansão das universidades públicas federais no Brasil

Atanásio Mykonios<sup>1</sup>

Josélia Barroso Queiroz Lima<sup>2</sup>

Aline Faé Stocco<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo coloca em análise o processo de expansão da universidade pública brasileira, tendo por referência a experiência da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha (UFVJM) e a condução do curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, Campus JK. Diamantina, MG, Brasil. Nele, as(o) autoras (es) refletem sobre os desafios educacionais da interdisciplinaridade e sobretudo, discutem sobre os desafios da inclusão social como condição à democratização social. As (o) autoras(o) ex-coordenadores de curso, narram as trajetórias e o fazer pedagógico vivido com os sujeitos sociais que chegam a universidade, homens e mulheres trabalhadores, negros, não hetero normativos, de classe social baixa, apontando para a necessidade de rupturas epistêmicas e a importância do fazer educacional como ato comprometido com a transformação social. Sendo um relato de experiência, o texto registra, descreve, discute os percursos construídos e os obstáculos da educação pública, gratuita e socialmente referenciada num país que, historicamente, nega ao seu povo o direito social a educação. Não obstante, apontam para as múltiplas possibilidades que os 'corpos dissidentes' produzem de saberes, de afetos, de conhecimentos quando o diálogo entre a universidade e os que chegam se abre como caminho metodológico e pedagógico, garantindo que as diferenças possam ser reconhecidas.

**Palavras-chave:** expansão universitária, inclusão social, democratização social, desafios.

<sup>1</sup> Possui graduação em Filosofia pelo Centro Universitário Sagrado Coração (2002), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2006) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016).

<sup>2</sup> Atua como docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Coursou Psicologia, se dedicando aos estudos da Psicologia da Educação. É educadora e pesquisadora, na graduação e na pós-graduação da UFVJM.

<sup>3</sup> Coursou ciências econômicas e foi beneficiária dos programas de expansão do ensino superior e dos investimentos realizados na pós-graduação, a partir do mestrado e doutorado realizado no Programa de Pós-graduação em Política Social, na UFES.

**ABSTRACT:** This paper analyses post-colonialism, african-brazilian characteristics and some questions like race, racism, domestic job, and violence in the Conceição Evaristo short story Maria through a dialogue was done between the literature and brazilian contemporaneity scenes. Based on sociological and literary aspects it is possible to say Maria is a post colonialism creation and african elements are essential in that process. How literature can express life in an artistic way, so race, domestic job and violence constitute the short story. Then, Maria can be an opportunity to discuss how the issues are being more hard due to the Sars-Cov-2 pandemic.

**Keywords:** African-brazilian literature, society, racism, domestic job, pandemic.

**RESUMEN:** Este artículo analiza aspectos literarios poscoloniales y afrobrasileños del cuento María de Conceição Evaristo y propone un análisis de cuestiones como la raza, el racismo, el trabajo doméstico y la violencia a partir del diálogo entre el texto literario y situaciones vividas en la época contemporánea brasileña. En este sentido, a partir de un diálogo literario y sociológico, es posible entender que María es una producción poscolonial y los elementos del universo africano son parte de su creación. Además, a partir de la “experiencia en la escritura” propuesta por Conceição Evaristo, es posible entender que temas como la raza, el trabajo doméstico y la violencia permean la historia, ya que la literatura es, en gran parte, una expresión artística de la vida. Con esto en mente, María es el punto de partida para reflexionar sobre cómo estas agendas se hicieron aún más pronunciadas debido a la pandemia de Sars-Cov-2.

**Palabras-clave:** Literatura afrobrasileña, sociedad, racismo, trabajo doméstico, pandemia.

**Eixo temático:** Corporalidades e Diferenças

*Para abrir a reflexão... o lugar do qual escrevemos*

A escrita desse relato de experiência tem por objetivo colocar em análise e em questão a interdisciplinaridade em um cenário histórico e particular, no qual a política educacional do Estado, no período entre os anos de 2007 a 2010, não deu atenção merecida a uma proposta pedagógica de cunho interdisciplinar. Soma-se a isto o fato de que o Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, implementado na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), foi inserido em uma cultura educacional escolar universitária que reproduz a cultura patriarcal, branca (hooks,

2019<sup>4</sup>), na manutenção de modos de fazer e de pensar que reafirmam uma epistemologia positivista e disciplinar. Como consequência, segue negando aos trabalhadores mais pobres a possibilidade de acesso a uma formação interdisciplinar organicamente articulada, ao silenciar a diversidade, os saberes, as corporalidades (SANTOS, 2003), no contexto de uma região economicamente dependente, como o Vale do Jequitinhonha.

Os autores do artigo possuem formação e saberes distintos: Filósofo e Doutor em Serviço Social, Psicóloga e Doutora em Educação, Cientista Econômica e Doutora em Política Social. Os três foram coordenadores de curso do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, todos foram convencidos da importância da proposta desse curso e atuaram na luta política pela reestruturação e manutenção do BI, no interior da referida universidade, no âmbito da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, no período de 2009 a 2020.

A provocação para refletir e escrever sobre o vivido fez surgir o texto que aqui apresentamos, sendo que ele não visa apenas ser uma forma de registrar e elaborar os enfrentamentos feitos no ambiente universitário, as dores frente à extinção de um curso e do projeto pedagógico interdisciplinar, mas busca também ainda refletir sobre os impactos que os corpos, as sexualidades, a diversidade de gêneros e a raça provocaram na educação superior.

Faz-se importante registrar que o BHU foi um projeto fadado à sua própria extinção, os dados que inicialmente apresentamos revelam, por meio de levantamentos oriundos do INEP, que uma proposta dessa natureza não foi exitosa em todo o território nacional entre Instituições de Ensino Superior, público-estatais ou privadas. Com isto, os dados nos mostrarão uma realidade extremamente desfavorável às propostas e projetos pedagógicos de caráter interdisciplinar.

Ressalta-se que entendemos as implicações sociais, políticas e ideológicas da inclusão social e da ampliação da oferta de vagas e acesso à educação, sobretudo, no contexto da UFVJM, mas as memórias objetivam problematizar a educação em tempos de neoliberalismo, precarização da educação público-estatais superior e perdas de direitos sociais da população brasileira, notadamente após o golpe jurídico-midiático-legislativo e militar de 2016<sup>5</sup>, no acirramento do modo capitalista de produção. Nesse sentido, situamos

---

<sup>4</sup> A grafia nome da autora é feita em minúsculo como ato político, adotado pela feminista, intelectual e mulher negra que questiona a forma patriarcal de escrita oficial maiúscula.

<sup>5</sup> O golpe institucional político, econômico e midiático que leva ao poder Michel Temer e que culmina na eleição de Bolsonaro.

nossa produção como uma reflexão sobre a implementação dos BIs no processo de expansão universitária em âmbito federal, via o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, contexto no qual o BHU foi implementado na UFVJM e analisar a conjuntura da educação superior no Brasil, colocamos em análise o fazer interdisciplinar e os desafios dele decorrentes.

Rompendo os limites da UFVJM, questionamos se a interdisciplinaridade é possível sem as condições de formação continuada dos docentes, sem a reestruturação política e organizacional das IFES, e ainda sem a crítica política e ideológica da educação disciplinar que, hegemonicamente, constitui o sistema de ensino brasileiro.

### A realidade dos bacharelados interdisciplinares

Há várias modalidades de cursos interdisciplinares implantados nas Instituições de Ensino Superior, nas esferas federal, estadual, municipal e privadas. As modalidades não se restringem às ciências humanas ou, comumente denominadas de humanidades. O conjunto de cursos interdisciplinaridades estão listados na tabela 1.

**Tabela 1.** Quantitativo de cursos interdisciplinares nas IES públicas e privadas - 2019

<b>Modalidade Interdisciplinar</b>	<b>Total</b>	<b>Federais</b>	<b>Estaduais</b>	<b>Municipais</b>	<b>Privadas</b>
Humanidades e artes	18	14	-	-	4
Ciências sociais, comunicação e informação	13	11	-	-	2
Educação	22	20	-	-	2
Negócios, administração e direito	3	2	-	-	1
Ciências naturais, matemática e estatística	44	42	2	-	
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	18	9	4	-	5
Engenharia, produção e construção	4	2	-	-	2
Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	5	4	1	-	
Saúde e bem-estar	11	9	1	-	1
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>113</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>17</b>

**Fonte:** INEP: Sinopse Estatística da Educação Superior, 2019, composição dos autores.

No total, segundo o levantamento do INEP, em 2019, havia no Brasil 138 cursos na modalidade interdisciplinar. A distribuição dos cursos por IES, no período analisado, mostra que as federais tinham 113 cursos; as universidades estaduais abrigavam 8 cursos interdisciplinares; as Instituições privadas tinham 17. Portanto, as universidades federais respondiam, em 2019, por 81,89% dos cursos interdisciplinares, por outro lado, as instituições de ensino superior privadas tinham 12,31% dos cursos dessa modalidade e as

universidades estaduais abrigavam 5,80% dos cursos.

No que diz respeito, especificamente aos cursos de Humanidades, que nesta modalidade abriga em seu interior o curso de Artes, o total de Bacharelados Interdisciplinares (BIs) em Humanidades era de 18, sendo 14 cursos pertencentes às universidades federais e 4 nas privadas. Assim, as universidades federais respondiam por 77,78% do total, enquanto as privadas abrigavam 22,22% dos BIs em Humanidades. No cômputo geral, os BIs em Humanidades representavam 13,04% do total de cursos interdisciplinares.

Para compreendermos a baixa presença dos BIs no ensino superior brasileiro, é importante comparar esses quantitativos com o total de cursos de graduação presenciais no Brasil. Segundo o INEP, em 2019, havia no país 35.898, sendo 6.332 cursos em instituições federais; 3.295 em instituições estaduais públicas; 568 em instituições municipais e 25.703 cursos de graduação pertencentes a instituições privadas. Esses números mostram a elevada participação das instituições privadas, responsáveis por 71,60% dos cursos de graduação no país. Por outro lado, as federais abrigavam apenas 17,64% das graduações, enquanto as instituições estaduais 9,18% dos cursos e, por fim, as instituições municipais corresponderam a 1,58%.

Considerando o total de cursos interdisciplinares, oferecidos no Brasil, por todas as instituições de ensino superior, em relação ao total geral, a interdisciplinaridade como prática pedagógica correspondeu a apenas 0,38% do total. E no que se refere apenas e tão-somente aos cursos de humanidades, estes responderam, em 2019, a 0,050% do total de cursos de graduação em funcionamento no país.

Esses dados comparados acima podem nos dar o cenário e a posição da distribuição dos cursos interdisciplinares no Brasil e no que tange aos Cursos Interdisciplinares em Humanidades podemos observar que a experiência nessa modalidade de ensino não teve repercussão estrutural. Por outro lado, como é possível constatar que as instituições federais de ensino implantaram mais cursos em relação às demais esferas de administração dessas instituições.

Mesmo assim, desde a instituição dessa prática pedagógica na formação ampla dos discentes não houve ampliação dessa proposta que teve início da Universidade Federal da Bahia – UFBA, na esteira do plano de expansão promovido pelo Governo Federal, com o REUNI. Isso significa dizer que a formação interdisciplinar não angariou interesse por parte

das instituições de ensino superior, em todos os âmbitos de sua condição formal.

Devemos, portanto, voltar nossas atenções para a composição dos cursos, na sua esmagadora maioria. A disciplinaridade é o mote na estruturação dos cursos de graduação no Brasil. Por mais que possamos defender a interdisciplinaridade como um modelo objetivamente interessante para a formação dos estudantes, estruturalmente e, mais que isso, do ponto de vista da prática pedagógica, ainda estamos longe da interdisciplinaridade. Isto nos leva a considerar a história da universidade brasileira, nos caminhos traçados por um modelo de formação que se baseou e, ainda se baseia, no espelhamento da sociedade brasileira como um todo.

Em outras palavras, os cursos de caráter eminentemente disciplinar obedecem a uma hierarquização na formação, no trato pedagógico, nas condições de preparação da força de trabalho. Obedecem não apenas a uma cultura, sobretudo, obedecem aos ditames de um modo de organizar a força de trabalho especializada no Brasil. Nesse contexto, há muitos debates sobre a experiência interdisciplinar<sup>6</sup>, no entanto, esses debates parecem não atravessarem as fronteiras delimitadas pelos cursos de ordem disciplinar.

A questão não reside apenas no interior dos cursos interdisciplinares, mas deveríamos nos perguntar sobre a muralha construída pelas universidades, em todas as esferas administrativas, quanto à resistência tanto administrativa quanto ideológica. A dominação no interior das universidades para manter e reproduzir a disciplinaridade repousa sobre várias causas, que não comportam serem desenvolvidas nesse texto.

Até mesmo o incremento de novas tecnologias e a reestruturação das forças produtivas que impuseram novas tecnologias de produção, novas categorias de administração e interação das formas de controle produtivo, não foram ainda suficientes para encaminhar mudanças nesse corpo de graduação disciplinares que expressa, inclusive, a noção de ciência praticada nas universidades brasileiras.

**Tabela 2.** Total de Instituições de Ensino Superior em 2019, no Brasil

---

<sup>6</sup> Para maiores detalhes sobre esse debate, ver: Fazenda (2012a); Fazenda (2012b); Santos (2004); Pombo (2006) e Frigotto (1995).

<b>Categoria</b>	<b>Total</b>	<b>Universidades</b>	<b>Centros Universitários</b>	<b>Faculdades</b>	<b>IF e CEFET</b>
Brasil	2.608	198	294	2.076	40
Pública	302	108	11	143	40
<i>Federal</i>	110	63	1	6	40
<i>Estadual</i>	132	40	1	91	-
<i>Municipal</i>	60	5	9	46	-
Privada	2.306	90	283	1.933	-

**Fonte:** INEP: Sinopse Estatística da Educação Superior, 2019, composição dos autores.

Levando em conta a distribuição das instituições de ensino superior, o Brasil tinha, em 2019, 2.608 nas seguintes modalidades, Universidades, Centros Universitários, Faculdades e Institutos Federais e CEFETs, conforme exposto na Tabela 2. As instituições privadas representavam 88,42% do total das IES, enquanto as públicas correspondiam a 11,58%. Cabe lembrar que, foram justamente as instituições públicas que ofereciam o maior número de cursos de graduação de caráter interdisciplinar. Não é possível, porém, aquilatar a relação percentual de IES públicas que oferecem cursos interdisciplinares pelo fato de que algumas instituições oferecem mais de um curso interdisciplinar, em modalidades diferentes. Podemos, por outro lado, apontar que a implantação de modalidades interdisciplinares ocorreu em maior proporção nas IESs público-estatais.

Por outro lado, em 2019, o Brasil possuía 63 universidades federais, num universo de 198, isto é, 31,82% do total de universidades. Esse número correspondia a apenas 2,41% do total geral de IES no país. Poderíamos indagar o seguinte: os projetos interdisciplinares implantados nas universidades federais, na sua maioria, representaram um experimento pedagógico ou um projeto de redefinição das estruturas educacionais na longa tradição acadêmica nacional?

Do ponto de vista da proposta interdisciplinar, os cursos e seus projetos refletiram a tentativa heroica de convencer as comunidades acadêmicas do grande valor da interdisciplinaridade, com seu horizonte formativo na articulação de conhecimentos, no enfrentamento das ciências e conhecimentos, nas práticas de pesquisa e no aprofundamento dos desafios históricos dos seus limites e, por fim, na construção de momentos e espaços para o diálogo nas fronteiras de conhecimentos restritos aos blocos disciplinares.

Essas tentativas não ultrapassaram os muros dos próprios cursos, e no caso específico do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da UFVJM o isolamento institucional e estrutural foram elementos que dificultaram, objetivamente, a sobrevivência do curso. Os dados nos levam a inferir que as políticas educacionais das

instituições de ensino superior não levaram em conta a proposta interdisciplinar, mesmo que, em alguma medida, a política de Estado apontasse para aberturas nessa perspectiva pedagógica.

As possibilidades de êxito de uma proposta de caráter interdisciplinar se tornaram restritas, o horizonte de manutenção do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, na UFVJM, foi gradativamente minado. Ao olhar o quadro geral, somos levados a analisar o BHU não apenas por sua condição interna, associada à UFVJM. É preciso ampliar a visão, apontar para a totalidade da composição nas universidades, que organizam suas estruturas formativas. Ao fazê-lo, compreendemos a dimensão do BHU no contexto geral e assim, somos levados a questionar a política educacional em sua dimensão global.

Os dados apresentados até o momento nos permitem apontar que os cursos de graduação interdisciplinares, todos os que continuam a ser mantidos, são verdadeiras ilhas cercadas por um oceano de cursos disciplinares, hierárquicos, estruturados formalmente para a reprodução das condições gerais de produção das forças de produção.

### **BHU: um natimorto?**

O BHU foi implementado na UFVJM no ano de 2009. Surgindo a partir de um processo de organização da UFVJM para ser incorporada ao projeto de expansão das universidades federais, o REUNI<sup>7</sup>, no período dos governos do PT – Partido dos Trabalhadores.

A universidade que desejasse ser incluída ao REUNI deveria cumprir alguns critérios para aderir ao programa, dentre eles, o aumento do índice de estudantes, numa proporção entre docentes e discentes, técnicos administrativos e discentes. Para o primeiro, a instituição deveria atingir a proporção de 18 discentes para cada docente e no segundo índice, 15 para cada técnico administrativo.

Assim, o desenho criado pela UFVJM para o BHU, considerou uma articulação entre o bacharelado em humanidades, de caráter interdisciplinar, com terminalidade própria, e cursos de licenciaturas compostos por Pedagogia, Letras Português e Inglês, Letras Português e Espanhol, Geografia e História na sua sequência da conclusão do BHU, ou do

---

<sup>7</sup> Para mais detalhes sobre o REUNI, ver: Tonegutti e Martinez (2006); Saviani (2010); Baptista et al (2013).



ciclo básico de formação<sup>8</sup>. O estudante ao ingressar no bacharelado, ao longo de sua trajetória teria possibilidade de escolher uma dupla formação – a do bacharelado e internamente, poderia escolher parte da formação de uma das licenciaturas. Os cursos de licenciatura tinham, dessa forma, início no interior do BHU, sendo que os docentes que compunham o ciclo básico e o segundo ciclo de formação participaram da composição de todo o processo formativo.

Não obstante a reestruturação do desenho pedagógico em 2012, o currículo do curso se organizava da seguinte forma: um primeiro ciclo formativo organizado para proporcionar uma formação de base, cursado no primeiro ano; o segundo ciclo estruturado para serem trabalhados temas interdisciplinares no segundo ano, e; um terceiro ciclo voltado para a formação que o discente quisesse dar sequência, se fizesse a escolha pelas licenciaturas, situação em que deveria compor a formação com disciplinas voltadas à licenciatura de sua escolha, ciclo denominado Eixo de Concentração, cursado no terceiro ano.

Assim, na composição pedagógica do BHU, os primeiros períodos eram destinados a uma formação básica e interdisciplinar, seguidamente, com elementos das licenciaturas que dariam a base necessária para os estudantes ingressarem em uma das licenciaturas. O estudante que quisesse finalizar o BHU e não dar continuidade à formação licenciada, poderia ter liberdade de escolher diferentes e diversas disciplinas na composição do terceiro ano de formação, fechando a área de concentração do bacharelado.

O traçado escolhido tinha como escopo a formação de licenciados para atender a uma demanda por professores, com formação universitária, que, segundo estudos apresentados pela UFVJM, era uma carência no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, regiões nas quais a universidade se encontra e que abrangem o norte de Minas Gerais. Portanto, o BHU servia como ponte para as licenciaturas e foi um elemento garantidor da adesão da UFVJM ao REUNI.

Por outro lado, a adesão ao REUNI garantiu um quantitativo de recursos financeiros que permitiram a expansão da UFVJM e a construção de parte importante de sua infraestrutura, pois para muito além da inclusão social que almejava o programa, havia a

---

<sup>8</sup> Inicialmente, o primeiro projeto pedagógico implantado também incluía o curso de Bacharelado em Turismo, a partir de 2012, o corpo docente deste curso, por meio de seu colegiado, decidiu retirá-lo do desenho inicial, portanto, a partir desse ano apenas os cursos de licenciatura permaneceram engatados ao BHU.

garantia de recursos financeiros pelo governo federal, de modo a dar as condições para que a expansão e/ou a reestruturação do ensino público-estatal federal fosse implementada. Em tal contexto, a adesão não apenas estabelecia critérios às universidades participantes, mas também ao governo federal.

Assim, cabe destacar que o BHU da UFVJM foi uma experiência *sui generis* entre as graduações interdisciplinares em humanidades, pois sua composição era a conjugação de uma espécie de base interdisciplinar e uma formação sequencial em licenciatura. A maioria dos projetos implantados em outras universidades não seguia esse modelo, pois nas demais instituições que criaram os projetos BIs, o bacharelado era e ainda é seguido por outros bacharelados tradicionais.

No entanto, como apontado no tópico anterior, a interdisciplinaridade não foi uma escolha de política educacional em âmbito nacional e tampouco entre a maioria das instituições de ensino superior. Embora a UFVJM não tenha seguido a mesma tendência, a cultura disciplinar arraigada no fazer universitário acabou fazendo com que os BIs criados na instituição, e dentre eles o BHU, se mantivessem como ilhas na estrutura interna da universidade, e gradativamente surgiram pressões para a sua dissolução que vieram de várias instâncias.

O projeto interdisciplinar foi, aos poucos, abandonado pelo Ministério da Educação, dados os movimentos institucionais que apontavam para o esvaziamento da proposta<sup>9</sup>. Sintomaticamente, as esferas internas administrativas não mais defendiam os BIs, sendo que alguns foram extintos, como projeto institucional. No caso do BHU, no interior da própria unidade acadêmica, que abrigava o curso, desde o segundo ano de sua existência, 2011, a rejeição ganhou terreno entre as forças da unidade acadêmica. Movimentos para a sua dissolução ganharam força e legitimidade entre os pares.

Nas várias esferas, portanto, a leitura e a visão sobre o BHU também seguiam a

---

<sup>9</sup> A reestruturação da universidade pública e sua expansão implicava a mudança ideológica e política em torno da educação pública. O PT no processo de governabilidade conciliou as políticas de expansão da IFES, mas também garantiu a expansão das instituições privadas, como comprovam os dados já apresentados neste artigo. De forma documental, em 2017, quando discutíamos o desmonte da estrutura BI iniciado de forma interna a UFVJM em 2015, recebemos a resposta da Pró-reitoria de Graduação que a desvinculação das licenciaturas do BI estava no âmbito da decisão da UFVJM, pois dizia da autonomia universitária e conforme informações do MEC, já não havia compromisso em manutenção dos pactos de adesão ao REUNI. Cabe dizer que em 2017, o golpe institucional, político e midiático, havia retirado Dilma Rousseff do poder e as políticas neoliberais foram amplamente garantidas pelo governo Temer, seguido pelo governo eleito Bolsonaro, no desmonte não apenas dos Bis, mas da educação pública de modo geral e em específico das IFES.

tendência estrutural das universidades e, ainda mais no interior da unidade acadêmica, devido à polarização dos interesses envolvidos. No traçado pensado e criado para o curso, previa-se a chegada de diversos docentes com formações específicas a fim de atenderem aos cursos de licenciatura. À medida que os concursos atravessaram os anos, o número de docentes que ocuparam posições para a formação de licenciados foi maior, em termos numéricos, do que aqueles que foram concursados para atender à interdisciplinaridade. De modo a exemplificar, na base do BHU tínhamos efetivamente 12 docentes, na composição geral e final BHU/Licenciatura tínhamos o total de 78 docentes.

O desequilíbrio numérico desembocou no desequilíbrio das forças para a manutenção ou a dissolução do BHU. Houve a tentativa, em 2012, de equalizar as relações internas com a mudança no Projeto Pedagógico que, aparentemente, teve, por algum tempo, a possibilidade de reorganizar o percurso e dar-lhe fôlego de sobrevivência. Mas o problema não residia na proposta interdisciplinar nem na concepção estrutural e pedagógica do curso, por meio de seu Projeto Pedagógico. O contexto interno, tanto nas instâncias administrativas quanto entre os cursos da unidade acadêmica a que pertenceu o BHU, reproduzia o traçado histórico da concepção hegemônica da composição curricular nacional, realizado pelas instituições de ensino superior – públicas e privadas.

Nunca houve, até então, a sinalização de uma mudança estrutural nos modelos curriculares em âmbito nacional, muito menos no âmbito da UFVJM. Manteve-se o BHU, e os demais bacharelados interdisciplinares, como uma espécie de fachada para a universidade. A estrutura das universidades está, aparentemente, consolidada historicamente sob a égide de estruturas hierárquicas, verticais, controladas por um modelo que engessa os cursos em seus quadrantes internos. Parece haver pouca disposição para aceitar um desafio interdisciplinar, não apenas na UFVJM.

A realidade das universidades é a de não arriscar, muito menos nas condições atuais de cortes de recursos, privatizações e negacionismo do saber científico. Implantar cursos dessa natureza implica uma modelagem articulada para que a interdisciplinaridade não seja apenas um nome diferente para um traçado formal e tradicional do percurso dos estudantes.

A interdisciplinaridade contempla a concepção da totalidade de um organismo social intitulado universidade que deve ser considerada na formação da comunidade acadêmico-pedagógica, na organização das estruturas para atendimento desse desafio, na

gestão e na estrutura articulada para o desenvolvimento de uma proposta que não é nova, mas aos olhos da universidade conservadora, assim é e com o agravante de ser rechaçada pela maioria.

No que tange à realidade discutida no contexto deste artigo, podemos dizer que as diretrizes que modelaram os cursos interdisciplinares tiveram vida útil aproximada de 10 anos. Alguns bacharelados interdisciplinares ainda permanecem em execução porque na sua sequência não há curso para licenciados, isto é, a composição se dá entre bacharelado interdisciplinar e bacharelados em segunda escolha.

Podemos ainda afirmar que, no interior da UFVJM e da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, houve pouca defesa quanto à concepção que o BHU trazia em sua proposta, como também pouco interesse em aprofundar os elementos pedagógicos constituídos em seu projeto pedagógico. Isto nos leva a refletir sobre a máquina educacional, suas bases ideológicas e pragmáticas. As universidades em geral têm dificuldades em implantar novas propostas pedagógicas, destarte o fato de que há muitas pesquisas sobre o tema em questão. Muitas revelam a experiência pedagógica, os acertos e equívocos. Entretanto, poucas pesquisas apontam para as questões estrutural e ideológica que envolvem os bacharelados interdisciplinares, em um terreno fossilizado do ponto de vista da relação entre educação e sociedade produtora de mercadorias.

A inclusão social de parte da população brasileira ao ensino superior colocou em questionamento as bases da universidade que, historicamente, se fundamenta no modelo norte/eurocentrado, patriarcal e branco que traduz a concepção de ciência hegemônica positivista e instrumental. Os estudantes que chegam, com suas marcas sociais e seus corpos, são fruto de gerações de famílias que, tradicionalmente, nunca tiveram oportunidade de ingressarem na educação superior. A precarização de acesso e inclusão social, portanto, questiona o estrutural e o ideológico que fundamenta a instituição universitária. Como argumenta Gomes (2017, p. 114):

As instituições públicas de Ensino Superior, após a implementação das ações afirmativas mediante a Lei 12.711/12, têm que lidar com a chegada de sujeitos sociais concretos, com outros saberes, outra forma de construir conhecimento acadêmico e com outra trajetória de vida, bem diferentes do tipo ideal de estudante universitário hegemônico e idealizado em nosso país. Temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, entre outros, passam a figurar no contexto acadêmico, mas sempre com grande dificuldade de serem considerados “legítimos”.

## **Projetos pedagógicos em confronto com o mercado**

Os agentes da educação, notadamente os responsáveis pela criação de políticas educacionais, sofrem uma contradição colocada pela relação entre o Capital e suas necessidades, isso de um lado, e de outro os supostos ideais de formação social dos quadros da classe trabalhadora. É possível pensar e gestar cursos que estejam apartados dos verdadeiros propósitos da formação da classe trabalhadora, em face das demandas de mercado? Em outras palavras, é a educação que cria os empregos ou é o Capital que os cria e exige a formação da classe trabalhadora em consonância às demandas da produção capitalista?

A formulação desta pergunta nos mobiliza a olhar para o percurso que vivenciamos como gestores e docentes de um curso, que de forma inédita, atendeu ao público trabalhador, negro, LGBTQI+ e de mulheres. Público que de 2009 a 2018 compôs o corpo discente do BHU. Problematizar a relação educação e mercado capitalista é situar a luta política ideológica da formação interdisciplinar no cenário da disputa econômica capitalista neoliberal, que reduz a educação à mercadoria e à formação instrumental. O BHU surgiu no bojo da expansão das universidades no Brasil. Um bacharelado interdisciplinar sem formação profissional parece ser um contrassenso do ponto de vista prático e objetivo. A diplomação que um curso dessa natureza oferece não encontra apelo no mercado. O que faz um bacharel com formação interdisciplinar e não com uma formação objetiva, como Direito, Filosofia, Artes etc.?

Durante a existência do BHU muitos questionamentos sobre a atuação profissional dos egressos foram colocados, tanto pelos discentes quanto pela comunidade acadêmica em geral. Docentes apresentaram dúvidas acerca da eficiência tanto na formação interdisciplinar, como na atuação profissional dos formados pelo curso. Nesse aspecto, vigorou a velha tradição ideológica da divisão social do trabalho, que impõe às universidades o modelo de formação hierarquizada e verticalizada, conservando os moldes social da formação especializada para os trabalhadores em geral.

O fato é que foi criado um curso na modalidade de bacharelado sem previsão, em seu projeto pedagógico, de profissionalização. Raras são as vezes em que um curso é criado

sem uma demanda objetiva de mercado. O oposto é a regra, à medida que novas profissões ou categorias de profissões são demandadas pelas relações de produção, as universidades criam ferramentas para se adequarem aos parâmetros do chamado mercado de trabalho.

Um curso popular, de caráter interdisciplinar, tem um apelo interessante quanto ao modelo formativo. No entanto, como brevemente mencionado anteriormente, o perfil dos estudantes que acorreram ao BHU mostrou o corte social, econômico e racial. Sendo um curso oferecido no período noturno, atendeu à grupos específicos da população de Diamantina e do seu entorno. Muitos discentes oriundos da cidade de Diamantina e dos municípios que a circundam passaram a frequentar o BHU a partir do ingresso por meio do ENEM.

Jovens, negras e negros, mulheres desempregadas e empregadas em ocupações precárias da classe trabalhadora encontraram no BHU uma possibilidade de formação em âmbito superior. A prova do ENEM, por outro lado, propiciou a chegada de estudantes de outras regiões de Minas Gerais também de outros estados – Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, na sua maioria. No entanto, o maior contingente continuou a ser da cidade de Diamantina e, nos últimos anos, de discentes vindos das pequenas cidades que circundam o município de Diamantina.

A formação interdisciplinar tem sido um ganho para os estudantes que, de diferentes maneiras, do ponto de vista cognitivo, têm articulado conhecimentos diversos e estabelecido mediações importantes para a compreensão do mundo real e suas relações, sob vários aspectos: social, econômico, político, antropológico, psicológico, filosófico etc.

Por outro lado, a composição do corpo docente, muito variada, especialmente pelo fato de que a maioria desses docentes foi contratada para preencher as vagas para os cursos de licenciatura, não foi capaz de criar uma articulação orgânica em favor da proposta interdisciplinar. A pulverização da formação, ao invés de propiciar condições para a realização do BHU, criou entraves, uma vez que se tratava de interesses que atendiam mais aos cursos de licenciaturas do que propriamente, a concepção interdisciplinar pretendida pelo BHU.

**Corpos dissidentes, Diversidade de gênero e Raça: impactos no poder masculino da**

## universidade<sup>10</sup>.

Reconhecer o papel ideológico nos permite olhar para o cotidiano do fazer universitário como espaço de reprodução social e ou de transformação social. Nesse sentido, que se fez necessário, mostrar que a história da universidade reflete os valores sociais segregacionistas. Na lógica de que mulheres, homens negros, e indígenas eram seres inferiores, na hierarquia silenciosa que o discurso religioso cristão imprimiu aos povos colonizados, se justificaram os ordenamentos sociais e institucionais. Portanto, na atualidade, não se pode entender as desigualdades de participação e de acessibilidade das mulheres, dos negros e dos índios aos diferentes espaços sociais, sem colocar em análise as desigualdades sociais que os mantiveram segregados. Cabe reconhecer que direito social à educação universitária e o acesso a mesma, tem possibilitado a quebra de representações sociais e de paradigmas que colocam em xeque a cultura eurocentrada, o patriarcado e o machismo. Mas garantir a permanência da inclusão social requer a revisão da cultura educacional. Pois, não podemos dizer que no ambiente acadêmico universitário a igualdade de oportunidade esteja garantida. Como argumenta Habermas (1994), não basta apenas a garantia legal do Estado para que a inclusão aconteça, é necessária a edificação de num novo consenso social, republicano e democrático, para que ela de fato se efetive. (LIMA, 2018, p. 80)

Oportunizar condições de permanência aos sujeitos sociais que ingressavam no BHU/UFVJM, tornou-se um desafio da coordenação de curso nos períodos 2010-2012 e 2016 a 2020. Era necessário oferecer condições de compreensão e organização da vida escolar àqueles que acessaram ao direito social da educação superior. Não apenas era necessário garantir a oferta do curso, era fundamental tirar do papel os propósitos da interdisciplinaridade, mobilizando fazeres cotidianos que possibilitassem aos estudantes compreender o percurso formativo no qual haviam se matriculado e permitir que assumissem a responsabilidade da conduta da organização curricular escolhida. Para isso, foi necessário a produção de uma cartilha explicativa do curso, incentivos à organização estudantil, uma intensa comunicação entre coordenação e representação estudantil e o questionamento do fazer institucional e instituído que nega os saberes divergentes e não hegemônicos dos 'alunos do BHU'. Nesse sentido, percebemos a importância da promoção junto com o corpo docente e discente de eventos culturais e acadêmicos com a

---

<sup>10</sup> Na conjuntura da luta política produzimos reflexões e produções acadêmicas no interior da UFVJM, apresentando e debatendo os impactos do golpe de 2016 e a Emenda Constitucional 95/2016, discutimos como no ambiente universitário as hierarquias sociais são mantidas e como se naturaliza o poder masculino patriarcal. A produção foi posteriormente publicada em outros eventos nacionais e internacionais, bem como em revistas de circulação nacional e internacional.

participação dos diferentes e diversos talentos que chegavam à UFVJM, de forma a publicizar os fazeres artísticos e culturais e as performances das diversidades. Compreendemos a importância do reconhecimento das cores, das etnias e dos afetos, rompendo os estereótipos idealizados de branquitude que circulam no ensino superior.

O desafio da inclusão social perpassa o desafio de desnaturalizar as violências simbólicas promovidas pelo patriarcado de supremacia branca, rompendo com o silêncio que nega a historicidade dos sujeitos sociais e dos poderes que os subordinaram. Não fomos educados para o conflito e o debate que a divergência dialógica pode provocar. Filhos da educação bancária e da disciplinaridade, temos medo de propor e arriscar, mas os sujeitos sociais, ou os novos sujeitos sociais que acessam a educação (ARRAYO, 2010) nos impulsionam a assumir posições e abrir canais de comunicação se tornou ato imprescindível. Essa experiência nos indicou que outras demandas pressionavam o fazer universitário.

Assim, em 2016, organizamos a Semana de Humanidades, atividade já instituída no curso, mas de forma a dialogar com assuntos imprescindíveis a realidade socioeducacional na qual estamos inseridos. Com o tema: ***Diversidade e Vale do Jequitinhonha***, reunimos agentes públicos, movimentos sociais, instituições de defesa dos direitos humanos, durante uma intensa semana, na qual debatemos as questões sociais, políticas e ideológicas. Naquele momento, estávamos em pleno processo do Golpe Parlamentar de 2016. O impacto educacional do evento nos deu a dimensão da importância política e social do que fazíamos. Docentes, discentes e sociedade civil ocuparam os espaços da UFVJM e sentíamos que um fazer diferenciado começa a ser experimentado. Faz-se importante ressaltar que no interior do corpo docente do próprio curso a oposição ao que implementávamos também se explicitou.

Desejamos que as reflexões, as intervenções artísticas e culturais que serão desenvolvidas ao longo da Semana de Humanidades possam mobilizar bons encontros, potencializando-nos a entender, refletir, agir e resistir, num momento em que vivemos um golpe parlamentar: político, jurídico e midiático que afronta a nossa democracia ao desmontar o Estado de Direito e as políticas afirmativas.

A consolidação democrática exige a inclusão social e o reconhecimento- por via de políticas públicas e do papel do mediador do Estado, na construção de políticas afirmativas capazes de reverter as desigualdades sociais. O reconhecimento da diversidade, historicamente silenciada, exige que seja dirigido aos que foram 'mantidos desiguais' oportunidades, permitindo-os acessar aos bens sociais, culturais e econômicos, bens que lhes foram negados, seja por via do silenciamento, seja por via da marginalidade aos direitos sociais.



Ao escolhermos o tema: *Diversidade e Vale do Jequitinhonha*, objetivamos colocar em evidência e dar voz aos múltiplos saberes que compõem a nossa cultura. Esperamos que nas narrativas expressas ao longo dos trabalhos, possamos reconhecer as formas de resistência que permitiram às comunidades, aos grupos sociais, manterem suas tradições, seus valores, enfrentando a violência simbólica e física dos colonizadores. Trecho do Discurso de Abertura da Semana de Humanidades, 2016. Coordenação de Curso/ Mykonios e Lima.

**Figura 01.** Foto do Auditório do Centro de Humanidades da UFVJM. Semana de Humanidades, setembro de 2016.



**Fonte:** Acervo da Coordenação Monoicos & Lima.

Nos anos seguintes, seguimos promovendo as recepções aos calouros, as aulas inaugurais, e mantivemos, conjuntamente com os representantes estudantis, ações de comunicação entre a coordenação e o corpo discente, ampliando os canais de interlocução. Nesse contexto, a evasão do curso decresceu e aumentou o número de concluintes. E em análise conjunta com a Pró-Reitoria de Graduação, avaliamos que as principais ações que favoreceram a diminuição da evasão foram o diálogo e a instituição da cartilha informativa sobre o curso, pois avançaram na constituição de uma cultura universitária.

Concomitante a esse trabalho foi necessário direcionar esforços para garantir a continuidade do BHU, e ou a sua reestruturação, como de fato aconteceu. A intensificação dos ataques ao modelo BHU assumiu um caráter legal. A publicação da Resolução nº. 2 do Conselho Nacional de Educação, de 1º de julho de 2015 exigiu uma reestruturação curricular e a ampliação da carga horária dos cursos de licenciatura, ensejando elementos para fortalecer os ataques ao curso. Ainda que a resolução tenha sido revogada pela Resolução do CNE nº. 2, de 20 de dezembro de 2019, todas as licenciaturas já estavam desvinculadas do BHU, e este encontrava-se em fase gradativa de extinção.

Munidos do entendimento de que a formação estruturada nos moldes do BHU é uma necessidade na região em que a universidade está localizada, os docentes do curso resistiram e iniciaram a reorganização BHU, mantendo a concepção de BI. Cabe pontuar que isso se deu sob forte resistência, inclusive interna ao próprio corpo docente. Mas a reestruturação realizada manteve os princípios de inclusão social, diversidade e interdisciplinaridade com os quais nos desafiávamos a existir no interior da UFVJM e da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (MEC, 2019).

Em 2018, juntamente com as estudantes do BHU Yerineê Czário Silva e Beatriz Soligo Gama recebemos Duda Salabert, primeira transexual candidata ao Senado Federal, o auditório da reitoria da UFVJM, composto de 160 lugares. Na tarde de 9 de janeiro de 2018, o espaço foi inteiramente ocupado por estudantes, docentes, técnicos administrativos, que discutiram sobre sexismo, homofobia e violência na sociedade brasileira, e na educação escolar. A composição de redes para fazer acontecer o evento envolveu o curso BHU, a UFVJM via representação estudantil e a Delegacia de Atendimento a Mulheres de Diamantina.

**Figura 02.** Mesa debatedora: Josélia Barroso Queiroz Lima, coordenadora do BHU em 2018, Kíria Orlandi Silva, Delegada da DEAM/ Diamantina, Duda Salabert.



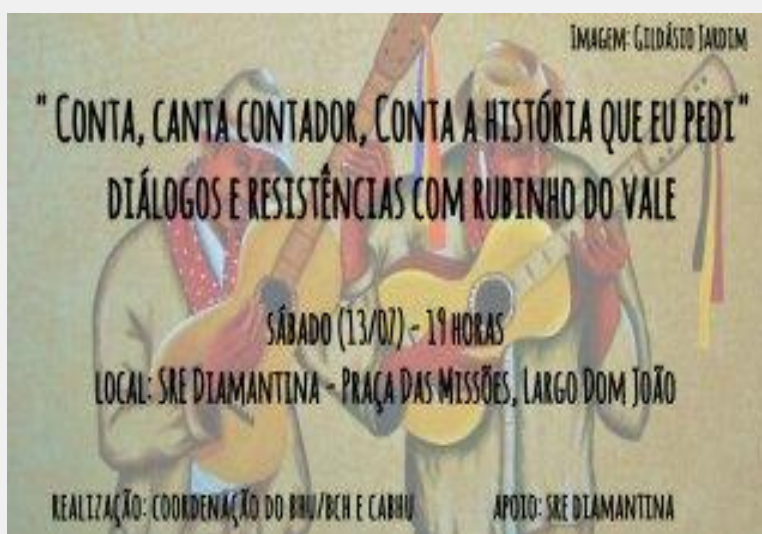
**Fonte:** Acervo Coordenação Lima&Stocco.

Outras linguagens precisam se expressar e outras narrativas precisavam ser

ouvidas. Não obstante, a condução e administração do curso exigiam ainda o enfrentamento das dificuldades educacionais que se evidenciavam no percurso. Entender que o ambiente escolar reproduz as desigualdades sociais e não reduzir o problema ao indivíduo requeria pensar ações conjuntas que possibilitassem aos estudantes o enfrentamento das dificuldades escolares. E a aproximação com outros cursos foi importante. Foram instituídas monitorias conjuntas entre o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e a Licenciatura em Educação do Campo, uma estratégia de atender a estudantes com defasagem educacional.

Organizar trabalhos interdisciplinares com os professores, articulando linguagens e análises de diferentes formas de abordar um tema ou conteúdo acadêmico, e ainda incentivar que os saberes aprendidos fossem expressos em outras linguagens – arte, música, poesia e exposição foram estratégias educacionais implementadas.

**Figura 03.** Cartas Convite da Aula Cultural, produzido por Joana D’arc, estudante do BHU, representante discente.



**Fonte:** Acervo da Coordenação Lima & Stocco.

As aulas inaugurais visaram colocar em debate temas educacionais e problemas sociais brasileiros, através da articulação com outros cursos da Faculdade e da Universidade rompíamos os limites disciplinares. De cantores populares do Vale como Rubinho do Vale, Saldanha Rolim à ex ministra do governo Dilma Rousseff, professora Nilma Lino Gomes, procurávamos oportunizar aos estudantes outras experiências no interior da UFVJM que os fizessem orgulhar do curso ao qual estavam vinculados. Nossas ações, muitas vezes, contaram com parcerias externas, no cartaz acima, registramos a

parceria com a Superintendência Regional de Ensino, de Diamantina, MG. Utilizamos imagens públicas de artistas do Vale do Jequitinhonha, como a ilustrada, nela divulgamos o trabalho de Gildásio Jardim.

**Figura 04.** Andréia Alecrim, secretária do Curso do BHU, professora Adna Candido de Paula, vice-coordenadora Aline Fae Stocco, professora Nilma Lino Gomes, coordenadora Josélia Barroso Queiroz Lima, professores Andre Borges e Atanásio Mykonios, última aula inaugural promovida pela gestão 2018 a 2020, ocorrida em 9 de março de 2020.



**Fonte:** Acervo da Coordenação Lima & Stocco.

Com o tema ***Universidade e Democracia***, a professora Nilma Lino Gomes participou da recepção de calouros promovida pela Faculdade Interdisciplinar em Humanidades sob coordenação do BHU, em março de 2020. Elaboramos a composição da mesa de debate com mulheres negras – estudantes e docente da UFVJM. O ato simbólico colocou em debate as narrativas de mulheres que, enfrentando racismo, sexismo, e o patriarcado educacional conseguiram não apenas acessar a universidade, mas permanecer nela. O auditório de 400 lugares da UFVJM ficou lotado, num ato inédito de aula conjunta no qual, graduações, pós-graduações, servidores públicos e outras entidades ouviram e dialogaram com a ex-ministra, doutora e pesquisadora Nilma Lino Gomes.

**Figura 05.** Mesa debatedora, acadêmica do 1o período do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, nome Mirelly Aparecida Andrade da Silva, professora Adna Candido de Paula BHU/ BCH/ UFVJM, professora Nilma Lino Gomes, Leidiany Peric dos Santos, acadêmica do Mestrado em Humanidades, Paula Andréia de Jesus Brito, acadêmico do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades.



**Fonte:** Acervo da Coordenação Lima & Stocco.

**Figura 06.** Ato cultural de abertura do evento: Lorenzo, nome social, João Nonato estudantes do BHU/UFVJM.



**Fonte:** Acervo da Coordenação Lima & Stocco.

**Figura 07.** Auditório da UFVJM, Aula Inaugural, 9 de março de 2020. Acervo Coordenação Lima & Stocco.



**Fonte:** Acervo da Coordenação Lima & Stocco.

**Figura 08.** Auditório da UFVJM, Aula Inaugural, 9 de março de 2020. Acervo Coordenação Lima & Stocco.



**Fonte:** Acervo da Coordenação Lima & Stocco.

## **Caminhando para o fim**

*vocês partiram o mundo  
em vários pedaços e  
chamaram de países  
declararam posse sobre  
o que nunca lhes pertenceu  
e deixaram os outros sem nada*

*- colonizado, Rupi Kauar*

Construir outras epistemologias, outras experiências pedagógicas implica desafiar a sociabilidade capitalista, destarte o fato de que o risco sempre é continuar a reproduzir as lógicas do sistema social do capital, romper o pensamento colonizado, construir diálogos e enfrentar os silêncios sociais e históricos, que escondem a barbárie socialmente organizada. Implica assumir a imprevisibilidade dos afetos nos quais podemos ser capturados, mas envolve o abrir-se aos possíveis. Se não podemos dizer da interdisciplinaridade como projeto de educação, podemos dizer que a experiência desse processo descrito, levou-nos à luta política e à resistência que nos deu condições de reestruturação do modelo BI, organizando e, atualmente, lutando para implementar o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas – com ênfase em Políticas Públicas. A profissionalização não está em curso, no entanto, pelas aprendizagens, produzimos uma proposta político-pedagógica que se assume crítica, que dialoga com movimentos sociais e entidades públicas, no exercício cotidiano da implementação de políticas públicas, ainda existentes após o golpe de 2016.

Nós sabemos em processo e nos sabemos falhos, mas desejosos de manter, com todas as dificuldades, a experiência pedagógica da interdisciplinaridade e a abertura para novas epistemologias, as experiências que estão no hemisfério do Sul, que de algum modo fragmentam o saber hegemônico colonial, imperialista, capitalista. Somos alvo de ataques internos e externos. Resistiremos? Para além da resistência, conseguiremos reagir, avançar e impor novas leituras, novas práticas emancipadoras? Não, sabemos. Continuar a existir já é uma forma de manter a memória social que se afirma como “corpus possíveis”.

Entendemos que a trajetória no e do curso do BHU cumpriu a função de ampliar o olhar sobre os saberes das humanidades, de modo a provocar a reflexão crítica sobre a realidade social, política e histórica que nos cerca. Entender a realidade, não para aceitá-la

como está, mas para transformá-la – no compromisso cotidiano em que cada um de nós se assume como produto da história social que nos precedeu, mas como sujeito produtor da história.

É preciso reconhecer que o direito social à educação no Brasil foi uma conquista recente das lutas sociais e políticas, o acesso ao ensino público de qualidade é ainda percebido como privilégio para poucos. Saber analisar os cenários sociais e políticos, sobretudo, no momento atual em que temos vivido profundas perdas sociais, é fundamental, pois muitos dos estudantes que compuseram o percurso da formação básica e generalista promovida pelo BI em Humanidades, deram prosseguimento ao processo formativo e profissionalizante por meio das licenciaturas, portanto, muitos tornaram-se professores e formadores de opinião.

Desejamos que possam se comprometer socialmente no fazer, no pensar em edificar uma sociedade que seja mais igual e digna com seu povo. Desejamos que no fazer profissional eles lembrem de que estudar não pode ser percebido como privilégio, tampouco como a garantia de acesso a emprego, estudar é condição necessária à existência, pois somos nós que produzimos os conhecimentos. E se alguns conhecimentos são mais reconhecidos do que outros, eles o são para que se mantenha a idéia de que nem todos podem ou não conseguem acessá-los. É preciso mudar o olhar sobre o conhecimento, sobretudo, o universitário. É preciso que reconheçamos as relações de poder que mantêm as hierarquias sociais, não para mantê-las, mas para superar e construir outras e novas relações entre os sujeitos sociais. No reconhecimento dos múltiplos e vários saberes que compõem as trajetórias humanas, abrimos ao diálogo e podemos, então, entender que todo conhecimento vale a pena se ele diminui a miséria humana.

O BHU esteve condenado à sua dissolução ou à sua extinção. Cabe também apontar para o fato de que uma proposta com as características do BI na UFVJM, só poderia prosperar se a instituição assumisse os desafios, as demandas estruturais e a proposta pedagógica. Apenas com a solidariedade institucional, o BHU poderia sobreviver, como representação de uma experiência que não poderia ser mantida isolada e encurralada, no interior de uma realidade estruturada tradicionalmente.

Além dos muros da UFVJM, em âmbito nacional, verificou-se, também, que a experiência interdisciplinar não vingou, num universo de 35.898 cursos de graduação presencial, apenas 138, em 2019, tinham o caráter interdisciplinar, em várias categorias.



Obviamente, em ambos os contextos – na UFVJM e no panorama nacional –, observamos que a interdisciplinaridade não redundou em política educacional de Estado nem no que tange às instituições de ensino. Isto também explica o fim da experiência inclusiva do BHU.

## Referências

ARRAYO, M. **Política educacional e desigualdades: a procura de novos significados**. Edu. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010.

BAPTISTA, Carolinne Montes et al. O Estado da arte sobre o REUNI. **XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas**. 2013 Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114850/2013278%20-%20O%20estado%20da%20arte%20sobre%20o%20Reuni.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 1 mar de 2021.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. A aquisição de uma formação interdisciplinar de professores. In: \_\_\_\_\_(org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papyrus, 2012b.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa**. Campinas, SP: Papyrus, 2012a.

FRIGOTTO, G. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**. In: BIANCHETTI. L., JANTSCH. A. Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes. 1995.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 6 Ed, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 10.02.2021.

LIMA, Josélia Barroso Queiroz. O poder masculino na esfera da universidade pública. Argentina. **Revista Eletrônica**. Vol.5 No.1. 2018. Enero – junio.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº. 01**, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 1 de março de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº. 02**, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em: 1 de março de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. UFVJM. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Humanas**. 2019. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br/prograd/projetos-pedagogicos.html>>. Acesso em: 1 de março de 2021.

POMBO, Olga. Práticas interdisciplinares. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006, p. 208-249.

SANTOS, B. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, Dermeval. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades. **Póiesis Pedagógica**. v.8, n. 2 ago./dez. 2010; p. 4-17.